

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços técnicos continuados no âmbito da Política de Assistência Social, a serem executados de forma indireta, conforme especificações abaixo:

#### **ITEM 1 – MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO (LA/PSC)**

Prestação de serviços técnicos especializados para atendimento e acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, compreendendo:

I – atendimento individual e familiar;

II – elaboração e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento (PIA);

III – articulação com rede socioassistencial;

IV – elaboração de relatórios técnicos;

- Carga horária: 20 (vinte) horas semanais
- Prazo: Até 31/12/2026, podendo ser prorrogável nos termos da lei, conforme cronograma aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

#### **ITEM 2 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PAIF e SCFV)**

Prestação de serviços voltados à execução de atividades coletivas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, compreendendo:

I – execução de grupo semanal do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

II – execução de grupo semanal do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;

- Público: até 20 participantes por grupo
- Carga horária: até 20 (vinte) horas mensais
- Prazo: Até 31/12/2026, podendo ser prorrogável nos termos da lei, conforme cronograma aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A contratação fundamenta-se:

I – nos Estudos Técnicos Preliminares, que evidenciam a necessidade de execução indireta dos serviços, em razão da insuficiência de equipe técnica municipal;

II – na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à adoção do pregão eletrônico para contratação de serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e neste Termo de Referência.

III – na Lei nº 8.742/1993 (LOAS), no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei do SINASE;

IV – nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e normativas do SUAS.

A solução adotada visa assegurar a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços socioassistenciais e socioeducativos, de caráter essencial.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste na execução indireta de serviços técnicos socioassistenciais, contemplando todo o ciclo operacional:

- planejamento das atividades;
- execução sistemática dos serviços;
- acompanhamento dos usuários;
- registros técnicos;
- monitoramento e avaliação;
- articulação com a equipe técnica municipal.

Cada item possui dinâmica própria, respeitando suas especificidades operacionais e técnicas.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Requisitos gerais**

A(s) contratada(s) deverá(ão):

- comprovar experiência em serviços socioassistenciais ou correlatos;
- observar as diretrizes do SUAS;
- manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- atuar de forma integrada com a equipe municipal.

#### **4.2 Requisitos específicos por item**

##### **ITEM 1 – Proteção Social Básica**

- profissional com formação compatível (Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Educação Física, Artes Cênicas, Dança ou áreas correlatas compatíveis com as oficinas propostas);
- experiência na condução de grupos socioeducativos;

##### **ITEM 2 – Medidas Socioeducativas**

- profissional com formação em Serviço Social ou Psicologia;
- registro no respectivo conselho profissional;
- experiência comprovada em atendimento socioeducativo;

#### **4.3 HABILITAÇÃO TÉCNICA**

A licitante deverá comprovar aptidão para a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

A comprovação poderá ser realizada de forma individualizada por item, considerando as especificidades técnicas de cada um, conforme abaixo:

Admitir-se-á o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica.

##### **ITEM 1 – Proteção Social Básica (PAIF e SCFV)**

Será exigida comprovação de experiência na execução de atividades socioassistenciais ou socioeducativas de caráter coletivo, tais como condução de grupos, oficinas ou ações de convivência e fortalecimento de vínculos.

##### **ITEM 2 – Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (LA/PSC)**

Será exigida comprovação de experiência na execução de serviços socioeducativos, preferencialmente relacionados ao atendimento de adolescentes, acompanhamento familiar, elaboração de relatórios técnicos ou atuação no âmbito do SUAS ou SINASE.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **ITEM 1**

- realização de encontros semanais;
- atividades coletivas socioeducativas;
- planejamento prévio com o CRAS;
- relatórios mensais.

### **ITEM 2**

- atendimento individual e familiar;
- elaboração e acompanhamento do PIA;
- atuação presencial;
- relatórios técnicos mensais;
- articulação com rede de proteção.

A execução dos serviços ocorrerá em espaço físico disponibilizado pelo Município, competindo à Administração fornecer a infraestrutura mínima necessária ao desenvolvimento das atividades, incluindo, quando aplicável, local adequado para os atendimentos e atividades coletivas, mobiliário básico, equipamentos audiovisuais, tais como data show e sistema de som, bem como outros recursos estruturais indispensáveis à execução das atividades, conforme a natureza de cada item.

Sem prejuízo da infraestrutura a cargo da Administração, caberá à contratada fornecer, às suas expensas, os materiais de consumo necessários à execução das atividades, incluindo, exemplificativamente, canetas, lápis, borrachas, apostilas, impressos, materiais pedagógicos e insumos utilizados nas oficinas e atividades socioeducativas.

Todos esses custos deverão estar incluídos na proposta apresentada, não sendo admitida cobrança adicional durante a execução contratual.

A execução das atividades deverá observar cronograma previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo ser ajustado mediante justificativa técnica e anuência da Administração.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

A execução será acompanhada por gestor e fiscal designados, competindo:

- monitoramento da execução;
- validação dos relatórios;
- registro de ocorrências;
- ateste para pagamento.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

O pagamento será realizado mensalmente, condicionado à comprovação da execução integral da carga horária contratada, apresentação de relatório detalhado das atividades desenvolvidas e ateste do fiscal do contrato, admitida a glosa proporcional em caso de execução parcial ou inadequada.

A medição será realizada por item contratado.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

A contratação será realizada por pregão eletrônico, nos termos da Lei 14.133/2021, em razão da natureza de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por este Termo de Referência.

O critério de julgamento será o de menor preço por item, admitindo-se a adjudicação por itens distintos, de modo a assegurar a ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A divisão do objeto em itens observa a natureza técnica e operacional dos serviços, que, embora inseridos no âmbito da política de assistência social, possuem características, complexidade e regimes de execução distintos, não sendo recomendável sua contratação em lote único.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa será realizada por item, mediante pesquisa de mercado, considerando:

- custos de mão de obra;
- encargos;
- custos operacionais;
- tributos.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correrão à conta de recursos de cofinanciamento estadual da assistência social, devidamente consignados no orçamento vigente.

## **11. RESULTADOS PRETENDIDOS**

- continuidade dos serviços socioassistenciais;
- cumprimento das medidas socioeducativas;
- fortalecimento de vínculos familiares;
- melhoria da qualidade técnica dos atendimentos;
- integração da rede de proteção social.

## **12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **12.1. Obrigações do CONTRATANTE:**

- I – disponibilizar espaço físico adequado à execução dos serviços;
- II – fornecer a infraestrutura mínima necessária ao desenvolvimento das atividades, incluindo mobiliário básico, equipamentos audiovisuais e recursos estruturais compatíveis;
- III – indicar gestor e fiscal do contrato;
- IV – acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- V – fornecer as informações necessárias ao adequado desenvolvimento das atividades;
- VI – validar os relatórios apresentados, quando compatíveis com o objeto executado;
- VII – efetuar os pagamentos devidos, após regular liquidação da despesa.

### **12.2. Obrigações da CONTRATADA:**

- I – executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência;
- II – disponibilizar profissional(is) com a formação e qualificação exigidas para cada item;
- III – cumprir a carga horária contratada e o cronograma aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
- IV – elaborar e apresentar relatórios mensais de execução;
- V – manter sigilo sobre as informações pessoais, familiares e sociais dos usuários atendidos;
- VI – atuar de forma articulada com a equipe técnica municipal e com a rede socioassistencial;
- VII – fornecer, às suas expensas, todos os materiais de consumo necessários à execução dos serviços, incluindo materiais pedagógicos, apostilas, impressos e insumos das oficinas;
- VIII – manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- IX – substituir profissional que se mostre incompatível com a execução do objeto ou que deixe de atender aos requisitos técnicos exigidos.

### **13. DISPOSIÇÃO SOBRE CUSTOS**

Consideram-se incluídos no preço todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, incluindo mão de obra, encargos sociais, materiais de consumo, tributos e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais.

### **14. DISPOSIÇÕES FINAIS**

A execução deverá observar os princípios da Administração Pública, bem como as diretrizes das políticas públicas de assistência social.